



## **Imperialismo na batalha das ideias: influência estrangeira e assimilação intelectual**

Marlon de Oliveira Xavier<sup>1</sup>

Géssica Carolina Goulart Pinto<sup>2</sup>

### **Resumo**

O termo imperialismo define uma etapa do desenvolvimento capitalista na qual há uma relação de subordinação e dependência entre países formalmente independentes, expressando, de forma conceitual, os motivos do subdesenvolvimento da América Latina. Tratado por estudiosos marxistas durante o século XX, foi deixado de lado no final do século, sendo substituído por conceitos estrangeiros, desvinculados da luta latino-americana por independência e emancipação. Por que os intelectuais da esquerda abandonaram a crítica ao imperialismo? O que gerou esse afastamento? Partindo da Teoria Marxista da Dependência, esses questionamentos são tratados neste artigo, que busca relacionar imperialismo e dependência intelectual com a atuação de organizações de formação do pensamento e de estruturas acadêmicas cativas. Entendendo que a transição democrática sob domínio liberal conservador limitou parte da capacidade teórica revolucionária, realiza-se a síntese de um histórico de influências estrangeiras na formação intelectual, objetivando explicar o que poderia ser caracterizado como uma mais-valia ideológica acadêmica.

**Palavras-chave:** Imperialismo. Dependência. Mais-valia ideológica. *Think tanks*. Estrutura acadêmica.

## **El imperialismo en la batalla de ideas: influencia extranjera y asimilación intelectual**

### **Resumen**

El término imperialismo define una etapa del desarrollo capitalista en la cuál existe una relación de subordinación y dependencia entre países formalmente independientes, expresando conceptualmente las razones del subdesarrollo de Latinoamérica. Tratado por los estudiosos marxistas durante el siglo XX, fue dejado de lado a fines del siglo, siendo reemplazado por conceptos ajenos, ajenos a la lucha latinoamericana por la independencia y la emancipación. ¿Por qué los intelectuales de izquierda abandonaron la crítica al imperialismo? ¿Qué provocó esta salida? Partiendo de la Teoría marxista de la Dependencia,

<sup>1</sup> Doutorando em Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); bolsista CAPES/Fundação Araucária; membro do grupo Campo, Cidade e Revolução (CCR-IELA/UFSC) e do Centro de Investigações em Economia Política, Movimentos Populares e Direito Insurgente na América Latina (CIEMPre InSUR - PPGD/UFPR). E-mail: marlon.xavier.arquivo@gmail.com

<sup>2</sup> Advogada, graduada em direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); pesquisadora do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital: retrocesso social e avanços possíveis, vinculado à UFRGS/USP/CNPQ; membro do grupo de Pesquisa em Meio Ambiente, Trabalho e Sustentabilidade vinculado à UFSC/CNPQ. E-mail: gessicacarolinag@gmail.com

estas cuestiones son abordadas en este artículo, que busca relacionar el imperialismo y la dependencia intelectual con el desempeño de las organizaciones de formación del pensamiento y las estructuras académicas cautivas. Entendiendo que la transición democrática bajo el dominio liberal conservador limitó parte de la capacidad teórica revolucionaria, se realiza una síntesis de una historia de influencias extranjeras en la formación intelectual, con el objetivo de explicar lo que podría caracterizarse como un agregado ideológico académico.

**Palabras clave:** Imperialismo. Dependencia. Plus-valia ideológica. *Think tanks*. Estructura académica.

### **Imperialism in the battle of ideas: foreign influence and intellectual assimilation**

#### **Abstract**

The term imperialism defines a stage of capitalist development in which there is a relationship of subordination and dependence between formally independent countries, conceptually expressing the reasons for Latin America's underdevelopment. Treated by Marxist scholars during the 20th century, it was set aside at the end of the century, being replaced by foreign concepts that are unrelated to the Latin American struggle for independence and emancipation. Why did intellectuals on the left abandon the critique of imperialism? What caused this departure? Starting from the Marxist Theory of Dependency, these questions are dealt with in this article which seeks to relate imperialism and intellectual dependence with the performance of thought formation organizations and captive academic structures. Understanding that the democratic transition under conservative liberal rule limited part of the revolutionary theoretical capacity, a synthesis of a history of foreign influences in intellectual formation is carried out, aiming to explain what could be characterized as an academic ideological surplus value.

**Keywords:** Imperialism. Dependency. Ideological surplus value. Think tanks. Academic structure.

#### **Introdução**

O termo imperialismo, qualificado no marxismo por Vladimir I. Lenin (1917)<sup>3</sup>, foi tratado com cuidado pelos estudiosos marxistas — juntamente de seu congênera, o capital monopolista — durante grande parte do século XX, justamente pelos conflitos militares de expansão e controle imperialista estarem em seu auge e ratificarem os processos de integração do capital aos quais alertava Lenin. Entretanto, desde o final da década de 1980 a categoria passou a ser subutilizada, ignorada e esquecida, tanto no meio político, quanto no meio acadêmico, transparecendo, acima de tudo, uma certa derrota do anti-imperialismo, principalmente em seu aspecto teórico. Este artigo busca discutir no que se baseia essa derrota,

3 Sua interpretação de Hilferding e Hobson, em sua obra “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, definiu o caminho posterior dos estudos acerca do imperialismo tanto dentro, quanto fora do marxismo.

identificar de onde provém o medo de enfrentar o imperialismo como problema atual e observar suas expressões contemporâneas.

Consideramos que há dois aspectos principais no apagamento do imperialismo como fenômeno atual: um material e outro teórico, ambos trabalhados ideologicamente para cumprir seu papel mistificador. O primeiro aspecto está vinculado materialmente aos processos de transição democrática na América Latina e ao fim da Guerra Fria, que afastaram das vistas a influência do poder político dos países imperialistas e a transformaram em problemas internos, derivados do incorreto uso do aparelho democrático (na América Latina), ou em conflitos mundanos provenientes do terrorismo e da violência natural de determinadas culturas (na Ásia, África e no Oriente Médio). De um lado, o natural e saudável debate político ocidental, de outro, as bárbaras crises culturais do oriente.

O segundo aspecto, tão complexo quanto o primeiro, trata-se de uma consequência do próprio imperialismo na batalha das ideias e da forma como as teorias dos países imperialistas passaram a absorver a atenção dos estudiosos, principalmente da esquerda — incluindo nisto os marxistas. São diversas teorias externas que tratam da integração imperialista como um processo natural da evolução do capital, mas principalmente da tecnologia e do transporte, algumas vendo nisso a formação de uma “aldeia global”, integrada e multifacetada, outras uma nova fase da história mundial, na qual a troca de conhecimento passa a formar uma cultura universal, cosmopolita, processo nomeado de globalização. Essa invasão intelectual, através da qual a visão positiva dos países centrais é trazida como novidade a ser seguida, será nosso objeto principal.

Observaremos, assim, como se deu essa influência teórica, quais os mecanismos imperialistas na batalha das ideias, como e porquê a intelectualidade dos países dependentes assumiu a postura de reprodução das ideias imperialistas e quais as principais organizações que atuaram na reprodução dessa lógica.

### **1. Imperialismo, dependência e “transição democrática”: a limitação da intelectualidade de “esquerda”**

Ademais das especificidades das relações imperialistas ao redor do mundo, das diferentes expressões que estas tiveram de acordo com a região, os países envolvidos e o tipo de imperialismo, há elementos universais que, atuando sobre a forma geral que o imperialismo é entendido e estudado, impactam sobre as interpretações acerca do fenômeno. A primeira diz respeito à existência ou não de fases distintivas do capitalismo, de etapas, das

quais a imperialista seria apenas mais uma. Assim, superando a fase “livre-cambista” (ou da livre concorrência), a fase imperialista corresponderia ao surgimento dos monopólios, da fusão entre o capital bancário e do capital industrial e da integração internacional dos núcleos produtivos<sup>4</sup>.

A segunda diz respeito à forma como se deram as lutas pela independência que resultaram na conformação do imperialismo e na estruturação da dependência, que se apresentaram de forma distinta na Ásia, na África e na América Latina. Nesse sentido, a dependência é o resultado da superação da etapa colonial, com a limitação de uma vinculação política e econômica que impediu o desenvolvimento autônomo dos países dependentes. Seria, portanto, a partir da independência política que se conformaria as relações de dependência entre os países centrais e os países periféricos, “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2005, p. 8-9).

O que é necessário compreender inicialmente é que imperialismo e dependência são causa e efeito das relações intercapitalistas após o fim do colonialismo e dos processos de independência política. A estrutura imperialista e a luta pela dominação política dos territórios periféricos é anterior a tais processos, mas essa nova fase, propriamente imperialista, se inicia com a transformação das relações, que até aquele momento eram de domínio objetivo, de colonização, de introdução direta de empreendimentos imperialistas nas regiões dominadas e de extração das riquezas ali produzidas, em relações de pressão econômica, de investimento indireto de capital, de alinhamento político, de diretrizes impostas de fora, de introdução das novas nações no mercado, tanto como produtoras de etapas inferiores da produção, quanto como consumidoras.

O imperialismo é caracterizado, portanto, como a fase do desenvolvimento capitalista em que as relações não são mais coercitivas, de ocupação direta (apesar de resguardada esta opção) ou de domínio militar, mas de estabelecimento de condicionantes, políticos e econômicos, demandados pelas condições comerciais, pelas empresas monopolistas, pelos Estados em relações bilaterais ou por organizações consideradas

4 Elmar Altvater discute que a livre concorrência é característica intrínseca ao movimento do capital e, sendo o capital monopolista uma “soma de capitais” e não apenas um “capital organizado”, a concorrência cabe em seu funcionamento monopolista. Desse modo, não haveria que se diferenciar entre fase livre cambista e fase monopolista. É dessa distinção interpretativa criticada por Altvater que deriva o foco no capital monopolista, isto é, no processo de concentração e centralização de capitais e na formação de conglomerados capitalistas. Para a compreensão das várias linhas do debate, Cf. ALTVATER, Elmar. O capitalismo se organiza: o debate marxista desde a guerra mundial até a crise de 1929. In.: HOBBSAWM, Eric. (1987).

“supranacionais”. Essas condicionantes são estabelecidas em momentos específicos, como no fornecimento de empréstimos e na assunção de dívidas, no fornecimento de maquinários a título de capital, no estabelecimento de relações comerciais com intuitos liberalizantes e mesmo protecionistas, a depender do caso. Assim que Theotônio dos Santos entende a dependência como “uma situação econômica na qual certas sociedades têm a sua estrutura condicionada pelas necessidades, pelas ações e interesses de outras economias que exercem sobre elas um domínio. (DOS SANTOS, 2021, p. 22).

Tomando por base a diferenciação marxiana acerca do processo de dominação, é possível caracterizar analogamente o imperialismo como a fase em que ocorre a transição da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital, mas no sentido da subsunção real dos países dependentes à dominação imperialista e sua expressão estrutural, a divisão internacional do trabalho. Isso significa observar a superação do controle pela força pelo controle jurídico, pela utilização de mecanismos latentes de regulação em que são atuantes as próprias nações dependentes. Isto é, se no colonialismo, esses países embrionários eram “tutelados politicamente”, no imperialismo, são nações formalmente iguais se relacionando entre si, mesmo que essa aparente igualdade esclarecesse a desigualdade em sua formação e escondesse o domínio indireto imperialista.

A partir desse momento, para uma nação se desvencilhar da relação dependente é necessário que rompa com a estrutura de dominação capitalista em que está inserida e passe a promover um processo de desenvolvimento autônomo, como bem definia Darcy Ribeiro (1978). Essa ruptura precisa ser, contudo, ampla, e abranger os aspectos econômicos, políticos, jurídicos e principalmente culturais.

Na história brasileira — que reflete, a certo modo, a história latino-americana no geral — o processo que geralmente é apontado como a derradeira ruptura com a histórica dependência é a abertura democrática da década de 1980, também chamada de transição democrática, e que indicaria a derrota da ditadura militar iniciada em 1964. A ditadura militar brasileira foi um dos períodos mais obscuros do país e definitivamente representou um momento de intensa subordinação da nação em relação aos interesses estrangeiros<sup>5</sup>, de modo a Vânia Bambirra identificar em seu cume um Estado associado: “O Estado continua sendo burguês-oligárquico, só que permeado pela nova relação que o transforma em Estado-associado ao capital estrangeiro” (BAMBIRRA, 1985, p. 10). No Brasil, o Golpe Militar de 1964 consolidará um novo modelo de dominação, mas para “assegurar os mesmos interesses associados ao capital estrangeiro” (BAMBIRRA, 1985, p. 13).

5 Cf. TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir, 2010.

Entretanto, apesar da promessa de ruptura com os anos de chumbo e, conjuntamente, com a associação do Estado brasileiro com a dominação imperialista, o que se observou foi a continuidade da estrutura dependente e até mesmo a manutenção dos diversos mecanismos que favoreciam a dominação imperialista e o controle do Estado por uma classe dominante vinculada ao capital estrangeiro<sup>6</sup> e isso se deu pois a liberalização política se deu sob o jugo dos militares e dos políticos conservadores que participavam do governo militar.

Para Florestan Fernandes, essa “nova república”, que surgia dos escombros da ditadura, era, na verdade, o seu “último e surpreendente refúgio” (FERNANDES, 1986, p. 8), uma metamorfose do antigo regime, com o intento de evitar a perda total do poder e criar mecanismos de controle que sufocassem, na origem, qualquer tentativa de extrapolar os limites da transição. Observou, para tanto, que não apenas o poder político se dispersava sem trocar efetivamente de mãos, quanto as instituições estatais, propriamente democráticas, eram constituídas de modo a favorecer os interesses da classe dominante, e tanto a anistia, quanto o processo constituinte, refletiram essa intenção. O essencial da transição, diria Fernandes, era impedir um deslocamento de poder (1986, p. 27), o que implicava identificar “a estratégia de explorar a transição lenta, gradual e segura como um expediente para montar um Estado de segurança nacional com as aparências de um ‘Estado de direito’” (1986, p. 32).

Marini (2018), em seminário proferido em 1978, já ressaltava, que o projeto militar, fundado na doutrina de contrainsurgência, constituía-se de duas fases: a primeira de supressão dos movimentos sociais, suas lideranças e qualquer espécie de insurreição, desenvolvida com “aniquilamento, conquista de bases sociais e institucionalização” (MARINI, 2018, p. 3); a segunda voltada à transição lenta, segura e gradual a uma democracia governável. E nesse ínterim, o capital monopolista e associado se aproveitava da expansão dos mercados — impulsionada pela política subimperialista e armamentista — e da superexploração da força de trabalho, que representava a possibilidade de comprimir os salários e pagar a força de trabalho brasileira muito abaixo de seu valor<sup>7</sup>.

Assim, a transição se deu muito mais pelas necessidades do próprio capital do que pela pressão das massas, de modo que esta foi realizada pelo 4º Poder — as Forças Armadas —, isto é, com o total controle do governo militar e sem qualquer risco ao domínio do grande capital. Esse processo foi uma constante nos países da América Latina e resultou na oposição entre a democracia liberal e a repressão dos anos de chumbo:

6 Acerca disso, Cf. MARINI, 2017; BAMBIRRA, 2019; DOS SANTOS, 2018; FERNANDES, 1986.

7 Para uma observação histórica completa da subordinação brasileira aos interesses norte-americanos no período da ditadura militar, Cf. MARINI, 2018; e BANDEIRA, 2011.

Enfraquecida pela repressão política anterior, com sua base pulverizada pela política econômica neoliberal, a esquerda revolucionária foi marginalizada com sucesso por uma combinação de campanhas eleitorais financiadas pelas elites econômicas e excluída pelas medidas repressivas adotadas para *defender a democracia*. As transições de regimes militares para governos civis foram organizadas para consolidar as conformações vigentes do poder estatal, não para democratizar a sociedade. No processo, marginalizaram a esquerda revolucionária. (PETRAS, 1995, p. 31).

De um lado, a anistia foi concedida de forma a impedir a apuração dos crimes militares (e a diferenciação entre os crimes institucionais e os crimes pessoais, encobertos sob o guarda-chuva institucional) e a punição dos responsáveis pelas atrocidades do regime, e as primeiras eleições foram indiretas e sem a participação partidária ampla. De outro, a estrutura do Estado tampouco foi alterada. Não houve reforma militar ou auditoria das contas públicas, e as instituições foram mantidas e incorporadas pela nova Constituição<sup>8</sup>. Petras também realça o fracasso da redemocratização no sentido material:

A transição dos regimes militares para os eleitorais civis foi denominada prematuramente de processo de redemocratização. No entanto, as mudanças de orientação política no Peru, Argentina, Brasil, Guatemala, Uruguai, Chile e outros lugares significaram apenas uma mudança de regime e não foram acompanhadas por uma diminuição do poder, das prerrogativas e do status das instituições estatais básicas, como as Forças Armadas e a polícia secreta, as agências de inteligência, a administração de justiça, os funcionários governamentais e os bancos centrais. O que imediatamente tornou-se óbvio foi que, embora os militares tivessem entregado o poder formal aos civis, continuavam conservando um poder de veto essencial sobre o processo de redemocratização. [...] no Brasil os militares conservam uma poderosa presença no âmbito político devido ao êxito que obtiveram ao conseguir que fosse incluída uma cláusula na nova constituição, na qual as forças armadas são definidas como “defensoras contra as ameaças externas e internas. (PETRAS, 1995, p. 245-246).

Na constituinte, a participação dos senadores biônicos, designados pelo governo militar, se deu junto aos demais setores e sequer foi ponto de crítica, enquanto que a atuação vacilante do PMDB e do PFL levou “as organizações patronais e as Forças Armadas a exercerem de fora pressões sobre a Constituinte. Essas pressões motivaram a formação de uma aglomeração provisória de caráter conservador, o chamado ‘Centrão’, que respondeu pela regulamentação final das questões que interessavam mais diretamente essas forças” (MARINI, 1991, p. 11). Talvez o melhor exemplo dessa simbiose seja o de Tancredo Neves,

<sup>8</sup> Praticamente não se viu menção ao empresariado, às multinacionais e às grandes empresas que atuaram diretamente no regime militar. Alguns casos foram apurados somente em 2019, como o apoio da FIAT na entrega de empregados considerados “subversivos” e outras empresas que auxiliaram no desenvolvimento de aparatos de espionagem vinculados ao DOPS. Cf. CESAR et al, 2019.

eleito em 1984, através da Aliança Democrática, que contou com a participação do Partido da Frente Liberal (PFL), vindo diretamente do partido da ditadura. Quem de fato assumiu a presidência, José Sarney, era ex-líder do PDS e representava a velha política em seu ápice.

Consolidou-se, assim, uma hegemonia liberal conservadora no processo da transição democrática, o que gerou uma submissão política e também teórica das esquerdas, no geral, e a limitação e apagamento da esquerda revolucionária. Isso explica a abundância de trabalhos direcionados a enfrentar a questão da violência impetrada pela ditadura — importantes para compreender as dimensões da doutrina de contra-insurgência — mas a ausência de estudos sobre o caráter de classe da ditadura, a relação do grande capital internacional na implementação de seus interesses pela força e a atuação imperialista no processo ditatorial, tanto no golpe militar, quanto nas demandas políticas e econômicas do período da ditadura<sup>9</sup>.

Assim, pouco se analisou o que restou da ditadura em relação ao exercício do poder, como se a “redemocratização” tivesse solucionado todos os problemas institucionais e de classe. A retomada de textos da época que analisavam tal processo pela ótica da luta de classes teve de esperar a virada do século. Gustavo Santos Silva (2019) chama atenção aos textos de James Petras que, ao estudar as formulações sobre o período, observou a criação de um novo campo intelectual dirigido por organizações de financiamento de pesquisa oriundas da Europa e dos EUA:

Petras avaliava que o primeiro tipo de assistência econômica externa nas universidades dentro do contexto de transição democrática foi dirigida à crítica aos modelos econômicos das ditaduras e à denúncia das violações dos direitos humanos pelos militares. A segunda onda se dirigiu aos estudos dos movimentos sociais e a terceira onda aos processos de democratização. Petras avaliava que os estudos se encaixavam num esquema comum: nos traços repressivos das ditaduras e não nos vínculos econômicos entre os militares e as elites empresariais da Europa Ocidental e dos EUA. A violência de Estado nessa perspectiva, qualificava-se sob a ótica da violação dos direitos humanos, não como expressão do domínio de classe, da eliminação física do adversário nas lutas de classes. A questão desde então passava a ser simplificada entre democracia liberal e ditadura militar, dissociando a estrutura de classe do poder ditatorial, promovendo na análise o divórcio entre Estado e sociedade civil. Tal condição acabava por criar um embate na academia que se reduziria em intelectuais orgânicos (tidos como ultrapassados) e intelectuais institucionalizados, condicionados às exigências dos financiadores. (SILVA, 2019).

Consustancia-se, portanto, que o arrefecimento da perspectiva revolucionária, aquela que se constitui em torno do anti-imperialismo e do socialismo, é tanto resultado da sua derrota, quanto da sua capitulação. Isso porque “nenhuma luta política isolada determinou

9 Cf. MARINI, 2005 e 2019.

por si o resultado geral” (PETRAS, 1995, p. 18), mas a não luta, a desistência antecipada, o abandono, gera consequências muito mais nefastas internamente ao movimento político. Assim, concordamos com James Petras quando este aponta que “a *derrota* da esquerda não é apenas consequência das forças repressivas, mas inclui também os mecanismos de cooptação dos Estados capitalistas e as lutas político-sociais no interior das sociedades pós-capitalistas” (PETRAS, 1995, p. 19), dentre elas, as forças ideológicas que assumiram a dianteira na formação teórica. De fato, Petras vai ainda mais longe, indicando que o terror estatal conseguiu desarticular as massas e domesticar a liderança eleitoral esquerdista, resultando na guinada para a direita na política latino-americana e um declínio significativo da política revolucionária. (PETRAS, 1995, p. 27).

Marini observaria isso como parte do mesmo processo, a segunda fase da doutrina da contrainsurgência, em que se transitaria para um período de democracias governáveis. O controle ideológico faria parte desse processo. Mas as condições materiais que permitiram a incorporação a tal ideologia dão sentido ao problema: a Nova República aparecia, incontestavelmente, como uma vitória e, como tal, sua crítica é desmotivada e silenciada, mesmo que se mantivesse sob um incontestável controle da lógica liberal, gerenciada pelos EUA e estruturada pelos mecanismos supranacionais. Que o processo de pauperização continuasse em andamento enquanto o mesmo capital que financiou a violência estatal do período antecedente continuava a crescer, pouco importava para a esquerda, que via na participação parlamentar e na confiança eleitoral a possibilidade da terceira via — e esta como fim da história.

Para Nildo Ouriques, o afastamento da luta de classes revela o domínio burguês no âmbito intelectual:

É evidente que o academicismo - a derrota acadêmica do intelectual - que sofremos nas universidades não é mero acidente de percurso, um modismo passageiro que a maturidade universitária um dia relegará à peça de museu. Ao contrário, o “espírito acadêmico” que atualmente reina no ambiente universitário é expressão do domínio burguês a que estamos submetidos, o exercício da velha e famosa hegemonia burguesa destinado a mutilar a capacidade teórica e as energias políticas das novas gerações. (OURIQUES, 2017, p. 19).

Viu-se, portanto, que imperialismo e dependência são elementos congêneres, causa e efeito da dominação do capital estrangeiro e do processo produtivo em escala internacional, e como ambos os conceitos foram relegados ao ostracismo com a derrota da esquerda na luta pela emancipação plena do povo brasileiro durante e ao final da ditadura militar. A transição

democrática sob o controle e a direção liberal-conservadora acabou por direcionar os esforços teóricos para fora do campo da luta de classes, formando uma “área segura” de oposição consentida, onde os intelectuais poderiam atuar teórica e politicamente sem atingir o cerne da dominação e da exploração capitalista e garantindo, assim, a continuação de seus projetos de pesquisa e a manutenção de sua qualidade de acadêmicos.

Veremos, em seguida, como esse processo de cooptação se deu, como se desenvolveram técnicas de manipulação do senso comum e como se estruturou uma indústria ideológica no Brasil, a partir da atuação de diversos institutos de formação teórica, projetos de investimento, think tanks, e como tal modelo foi reproduzido pela estrutura acadêmica brasileira, pela CAPES e pelas Revistas Acadêmicas.

## **2. O domínio das instituições ideológicas e a hegemonia cultural imperialista: breve histórico da inserção intelectual estrangeira**

É certo que as relações teóricas e de produção intelectual entre nações é algo complexo, de um lado, podem auxiliar no desenvolvimento do pensamento em geral, promovida pelo intercâmbio cultural, de outro, implica na assimilação cultural, no apagamento da história e da cultura locais, bem como na desigualdade entre quem domina a produção intelectual, e quem apenas a reproduz. É assim que o ensino da língua portuguesa e o modo de se portar dos portugueses pelos jesuítas garantiu a estes poder sobre os indígenas brasileiros<sup>10</sup> e que a exportação de intelectuais estrangeiros permitiu a estes direcionar o caminho da reflexão nativa. Dentre a classe dominante brasileira, verificamos a importação das teorias eugenistas italianas e das teorias da miscigenação, em voga nos EUA no final do século XIX, enquanto a esquerda revolucionária importou acriticamente a linha da revolução etapista, provinda do Partido Comunista da Rússia, ou antes mesmo, no final do século XIX, com ideias anarco-sindicalistas, também italianas.

No meio acadêmico, a relação é antiga. Fernanda Peixoto, por exemplo, cita a chegada da missão francesa a São Paulo em 1930 para inaugurar as atividades de docência da USP<sup>11</sup>, o “período de 40/50, quando Donald Pierson encontra-se na Escola Livre de Sociologia e Política”, os “acordos e projetos desenvolvidos através do Museu Nacional (30, 50/60) e o INEP (50)” no Rio de Janeiro, e outros grandes programas de investigação na

10 Cf. RIBEIRO, 2014.

11 A autora ressalta que essa relação é resultado de um intercâmbio que remonta à toda formação social brasileira, com a presença de intelectuais franceses no Brasil desde o final da colônia e com a tradição da classe dominante de enviar seus filhos para estudar na França e incorporar seu “estilo de vida elevado”.

Bahia a partir de 50 (PEIXOTO, 2001, p. 478). Para a autora, “A criação da Universidade com missões francesas atende a um duplo interesse: por um lado, o interesse francês na “conquista” da América (e do Brasil); por outros, a demanda da elite local brasileira no sentido de ilustrar-se, de modernizar-se, de formar quadros” (PEIXOTO, 2001, p. 483).

Salta aos olhos, com relação à atuação francesa na USP a sua desconexão com a realidade brasileira. Peixoto (2001) identifica que a atuação da sociologia francesa em nada se alterou com sua vinda para o país, mantendo-se afastada dos estudos empíricos e voltados às experiências europeias. Com o início da participação do Instituto Rockefeller, esse quadro se altera, dando início a um período de estudos etnográficos na África e de investimentos em pesquisas sanitárias em solo brasileiro, diversas com cunho eugenista, influenciados pela teoria do inglês Francis Galton. Como indicam Kobayashi, Faria e Costa:

Se nos Estados Unidos e na Alemanha, a Rockefeller investiu diretamente em pesquisas e instituições ligadas à eugenia, aqui no Brasil se viu envolvida na trama de um movimento sanitário que já se alinhava no país, tendo à frente sanitários de projeção política como Carlos Chagas e Belisário Penna, articulados ao aparelhamento do Estado e, especificamente, à criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), em 1920. (KOBAYASHI, FARIA E COSTA (2009, p. 3).

A presença norte-americana se fez sentir principalmente no entre guerras, mas evoluindo na década de 1950, com a introdução de pesquisadores vindos, principalmente, da Universidade de Chicago, e de projetos realizados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — INEP, que possuía o objetivo de estruturar a formação acadêmica brasileira, e pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais — CBPE (PEIXOTO, 2001, p. 514).

Em seguida, é a Fundação Ford que, a partir de 1962, assume a dianteira na formação das ciências sociais, com investimentos em fundações nacionais, como a Fundação Carlos Chagas — FCC, o Instituto Brasileiro de Educação, Ciências e Cultura — IBCEC, e a própria CAPES — que teria recebido 6,3 milhões de dólares de 1960 a 1963 “para financiar um ambicioso programa de formação universitária” (CAMPOS, 2002, p. 103) -, bem como o desenvolvimento de projetos de pesquisa próprios. A série de investimentos na educação brasileira continuou por parte da Fundação Ford<sup>12</sup> durante o período da ditadura, resultando em doações para diversas instituições, como é o caso da CEBRAP, dirigida por Fernando Henrique Cardoso e que teve papel fundamental no apagamento dos autores brasileiros

12 É importante ressaltar que a Fundação Ford defendia sua atuação como parte da liberdade das agências supranacionais, mas mantinha relações íntimas com o Departamento de Estado dos EUA e com a USAID com relação à definição das políticas institucionais desenvolvidas e das linhas de pesquisas a serem ofertadas. Cf. CÂNEDO, 2017.

exilados, em destaque Ruy Mauro Marini e os autores da Teoria Marxista da Dependência. De acordo com Campos:

Outros três centros independentes de pesquisa na área de ciências sociais, também classificados pela Fundação Ford no campo Educação Superior e Atividade Acadêmica, receberam grandes dotações: o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEEA), vinculado à SBI, e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj).

Com relação à IUPERJ, Letícia Cãnedo chama atenção para a alteração estrutural que a instituição realizou após os investimentos da Fundação Ford:

Com uma dotação para comprar uma sede para o IUPERJ e equipá-la com uma infraestrutura necessária, o programa de pós-graduação em ciência política do IUPERJ se inseriu no formato norte-americano de cursos regulares com créditos acoplados a um modelo de pesquisa metódica e sistemática, frequentemente quantitativo, que se transformou em rotina nas ciências sociais brasileira. (CÂNEDO, 2017, p. 14).

No período ditatorial, a intervenção imperialista se deu de forma mais direta, com a Reforma Universitária, estruturada a partir dos acordos entre o Ministério da Educação e o U. S. Agency of International Development, conhecidos assim por Acordos MEC-USAID. Franzon ressalta que “Pelo convênio MEC-USAID de 1967 foi determinada a reforma em todos os níveis de ensino, orientada pelos técnicos dos Estados Unidos, e impunha a obrigatoriedade do ensino da língua inglesa desde o primeiro ano escolar” (FRANZON, 2015, p. 4) e representava a reestruturação do ensino brasileiro a partir das metodologias norte-americanas, bem como definia a necessidade de formas de intercâmbio, com o oferecimento de bolsas para educadores brasileiros nos EUA.

Ainda em relação a instituições de influência norte-americana, poderíamos citar o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais — IPES e o Instituto Brasileiro da Ação Democrática — IBAD, ambos responsáveis pelo processo de convencimento ideológico da necessidade do golpe de 1964, atuando como verdadeiros *think tanks*, e pela formação dos principais dirigentes das empresas estatais e dos órgãos do Estado durante a ditadura<sup>13</sup>; e os contemporâneos *think tanks* ou *advocacy tanks*, que atuam no Brasil pelo menos desde 1985, como *Heritage Foundation*, *Atlas Foundation* (que financiam o *Students for Liberty*, precursor do MBL<sup>14</sup>), o Instituto de Estudos Liberais, Instituto Milenium, Instituto Mises e Instituto Rothbarth, os últimos com bastante inserção na juventude acadêmica de

13 Cf. OLIVEIRA, 2008; BORTONE, 2013 e 2018; GASPAR, 2012.

14 Cf. BERNARDI et al, 2017.

determinados cursos. A partir da influência dessas organizações, é natural que surjam outras, nativas, de relação indireta com os EUA, como o Instituto Indigo, do PSL, e alguns institutos de pesquisa financiados por entidades patronais.

Se os estadunidenses dominam a produção intelectual da direita brasileira, são os franceses e, em menor escala, os ingleses, que influenciam a esquerda a partir de autores-chave, como Pierre Bourdieu, Lóic Wacquant, Michel Foucault, Pierre Dardot e Christian Laval, Anthony Giddens, David Harvey, etc. São teorias construídas no seio dos países imperialistas e exportadas aos países dependentes, contendo pouca ou nenhuma relação com a formação social dependente, mas servindo de modelo para a construção teórica brasileira. O resultado acaba sendo o abandono de perspectivas autônomas e a replicação de formas de pensar cada vez mais integradas com “ideias universais” estritamente europeus.

Essa série de instituições, oriundas dos países imperialistas e financiadas pelos governos desses países, vêm constituindo uma estrutura de formação acadêmica e de produção de ideias que, quando não impõem uma lógica estrangeira ao exercício intelectual, limitam e inibem a produção de conteúdos declaradamente anti-imperialistas, socialistas ou que simplesmente busquem criar um pensamento original. Sua inserção é tão ampla que os princípios de internacionalização são espalhados pelas instituições de ensino, que impõem a participação de seus quadros em atividades no estrangeiro e a publicação em periódicos chamados internacionais. A própria CAPES já estabelece como requisito para a avaliação das instituições de ensino superior o seu nível de internacionalização, enquanto as Revistas e Periódicos Acadêmicos, para avançar no registro da Plataforma Sucupira, precisam conter publicações de autores estrangeiros ou participar de indexadores registrados no exterior.

Esse tipo de atuação, que já remonta um século na produção intelectual brasileira e vai cada vez mais se refinando, acaba induzindo a produção, por parte dos acadêmicos, do que o venezuelano Ludovico Silva (2017) chama de Mais-Valia Ideológica. Para o autor, a hegemonia cultural impõem no subconsciente dos indivíduos a afirmação do sistema produtivo atual, o capitalismo, e acaba por incutir a sua reafirmação como indivíduos capitalistas, com necessidades capitalistas, com o objetivo final de acumular riquezas e com a necessidade intrínseca de defender o sistema<sup>15</sup>.

No caso dos acadêmicos, essa mais-valia é produzida ao reproduzirem a miséria intelectual exportada pelos países centrais, isto é, a estrutura acadêmica construída indica que

15 Para Silva, que escreveu na década de 1970, a televisão era o local social ideal para a difusão da ideologia capitalista que, a partir do consumo dos ideais sociais do capital, pela propaganda, por filmes e novelas, tem a capacidade de justificar, embelezar, universalizar e tornar desejável a manutenção do capitalismo. Cf. SILVA, 1971.

a melhor e única forma de avançar no trabalho intelectual é seguir o modelo indicado: se apenas artigos escritos em inglês são aceitos para publicação, escreve-se em inglês; se somente os assuntos do momento são lidos, fala-se deles; se somente as teorias francesas fazem sucesso, veste-se o figurino francês; se somente no exterior seu trabalho tem valor, internacionaliza-se, e assim por diante. A lógica da reprodução acadêmica torna-se a reprodução por excelência, totalmente incapaz de propor soluções para os problemas da periferia, e cada vez mais distante do anti-imperialismo necessário para a emancipação social. No próximo tópico abordaremos as problemáticas dessa relação.

### **3. Da sociologia enlatada à mais-valia ideológica: a produção intelectual desde fora**

Como vimos no capítulo anterior, há forte presença francesa e americana na educação dos países subdesenvolvidos. Essa presença se dá por meio de institutos, governos e até mesmo bancos, que financiam a implementação de métodos educacionais e linhas de pesquisas a serem seguidas. Há, portanto, uma imposição da lógica estrangeira à produção intelectual. Alguns estudiosos brasileiros há muito tempo se debruçaram sobre os efeitos dessa imposição, que pode ser interpretada como uma recolonização cultural.

É possível vislumbrar, a partir de Darcy Ribeiro (1978) a existência de uma política intencional de colonização cultural que submete e incorpora nossas universidades ao sistema internacional de modo que assumam função subalterna e assim deixem de servir aos interesses de seu próprio povo e de traçar seu caminho na busca da superação do subdesenvolvimento. Ao invés disso, limitam-se à repetição do que é produzido no exterior como quem segue um manual.

Evidente que essa situação de subserviência não se formou da noite para o dia de forma completamente espontânea. Os órgãos internacionais demonstraram grande interesse na universidade latino-americana, sobretudo em relação às pesquisas que deveriam ser realizadas e ao próprio ensino a ser ministrado (RIBEIRO, 1978, p. 38). Esse interesse foi expressado através de cartilhas e incentivado por meio de vultosos financiamentos que, como vismo, partiram de institutos, governos e bancos estrangeiros, que formularam um modelo universitário que entenderam ser conveniente:

Quando se pensa na generosidade de fundações, banqueiros e governos estrangeiros, a oferecer empréstimos dadivosos e a patrocinar pesquisas; a mandar especialistas solícitos para prodigalizar conselhos e promover conferências interamericanas em que a integração universitária e elevada ao nível de importância dos problemas do mercado comum, ou da defesa continental, cumpre indagar: que há por trás de tudo isto? E, mesmo não sendo possível afirmar que toda a ajuda e todas as intenções sejam intrinsecamente inconvenientes, é indispensável afirmar que elas têm conteúdos políticos não explícitos. (RIBEIRO, 1978, p. 38).

O chamado internacionalismo se evidencia atualmente nos critérios para a classificação do *qualis* dos periódicos acadêmicos e na pontuação dos programas de pós-graduação na CAPES, o que faz com que ele seja desejável. Há, no entanto, uma confusão entre internacionalismo e cosmopolitismo, e acreditamos necessário esclarecê-la. O que denominamos internacionalismo, trata-se do cosmopolitismo criticado por Darcy Ribeiro (1978, p. 41), uma postura de ingenuidade ou mesmo complacência em face do caráter de espoliação dos vínculos de dependência, o que leva os atores ao exercício dos desígnios alheios auxiliando na colonização cultural.

Assim, o denominado internacionalismo não passa de um cosmopolitismo complacente com a espoliação e a dependência. Darcy (1978) não é adepto à postura de isolamento, mas da adoção de uma postura nacionalista que compreenda que o atraso e a pobreza latino-americanos não são naturais e persistem porque são lucrativos e auxiliam na manutenção do subdesenvolvimento, uma vez que a organização das sociedades latino-americanas a partir de projetos de nações estrangeiras fez com que as primeiras se destinassem a servir as segundas. Desse modo, nossas universidades se incorporam ao sistema internacional com função subalterna, sendo inclusive financiadas para exercê-la (RIBEIRO, 1978, p. 39).

Nos valem da crítica feita por Alberto Guerreiro Ramos (1995, p. 107-108) à formação do sociólogo brasileiro e sua conformação ao que denomina “sociologia enlatada”, que para ele consiste no adestramento do cientista às soluções prontas providas dos compêndios estrangeiros, de modo que ele passe a se ater à mera repetição. Ramos trata aqui de sociologia, entretanto o mesmo fenômeno pode ser observado em outras áreas do conhecimento, de modo que poderíamos substituir “sociólogo” por “acadêmico” e “sociologia” por “teoria”, sem perda de sentido.

Como alternativa à denominada sociologia enlatada, Guerreiro Ramos (1995) afirma a necessidade nos países latino-americanos de uma sociologia que busca refletir seus problemas com o propósito de reconstrução social, inspirando-se numa experiência comunitária. De outro modo, para ele a sociologia seria tão somente uma atividade lúdica sem

lastro com a realidade. São inúmeras teorias estrangeiras que vêm não só adentrado, como também adquirindo espaço dominante nas universidades brasileiras, seja no ensino ministrado, seja nas pesquisas desenvolvidas. Isso sem contudo manter qualquer lastro com a realidade local.

No mesmo sentido, Álvaro Vieira Pinto (1994) afirma que por ser alheia às demandas e perspectivas do âmbito social na qual está inserida, a Universidade centra-se na reprodução da ideologia dominante bem como na alienação dos estudantes quanto à sua própria realidade.

Nildo Ouriques (2017) desvela o papel da ciência como principal força produtiva do sistema capitalista, razão pela qual o controle da criação — por meio de patentes — e aplicação da tecnologia assume fundamental importância tendo em vista a mais-valia extraordinária.

Não pode ser ignorada a exportação de técnicos e cientistas dos países subdesenvolvidos aos centrais, que também pode ser denominada “fuga de cérebros”. Nesse processo, os países centrais não produzem o número necessário de cientistas, empreendem no lugar programas com o intuito de atrair para si professores e estudantes dos países periféricos (OURIQUES, 2017). A fuga de cérebros revela não somente a ausência de investimentos nacionais na ciência, mas também uma forma mais barata de manutenção do *status* e do efetivo avanço científico resguardado aos países centrais.

Essa dependência teórica é portanto expressão do imperialismo. Ela facilita e até justifica a dominação, que deixou de ser imposta belicamente e passou a ser desejável. A crítica à ausência de relação entre o saber científico aqui produzido e a realidade local nada tem de preciosista, trata-se antes de afirmar a necessidade de partir das condições concretas para pautar os efetivos problemas e assim refletir acerca das possíveis soluções, e isso só será possível quando abandonarmos os manuais que eternizam a dependência e assumirmos uma política lúcida de como superá-la.

### **Considerações finais**

Realizamos no primeiro capítulo uma breve articulação da relação entre imperialismo e dependência, apontando os limites da intelectualidade à esquerda, para no segundo capítulo abordar a hegemonia cultural promovida por instituições ideológicas e no terceiro apontar as problemáticas da priorização da produção teórica estrangeira.

Buscamos ressaltar, neste artigo, que o academicismo, tido como a derrota acadêmica do intelectual, é um reflexo do imperialismo no atual momento da história,

reforçado pela ausência de ruptura com a influência estrangeira e pela “transição democrática” feita sob o domínio liberal e conservador, que afastou os autores críticos ao sistema e cooptou o restante, direcionando todo esforço intelectual à determinadas áreas, cujas temáticas não teriam o condão de fazer oposição ao imperialismo e ao capitalismo associado. Essa hegemonia liberal da transição tem arraigo na sociedade a partir das instituições de formação do pensamento — também chamadas de *think tanks* —, de institutos de investimentos, além da atuação direta de organizações de Estados estrangeiros.

O imperialismo, na batalha das ideias, optou pela cooptação através do investimento privado, e pela organização de uma estrutura acadêmica que favorece a entrada das ideias estrangeiras, seus modelos educativos, seus métodos e temas de pesquisa, com a presença de cada vez mais autores “da moda”, com temáticas do momento e um pensamento cada vez mais articulado com os interesses do capital. A intelectualidade brasileira incorpora — e sua ala mais revolucionária, enfrenta — um pensamento cativo de uma cultura exógena, um desenvolvimento intelectual “à reçaça” e desvinculado da autonomia, tão necessária à emancipação efetiva em face do imperialismo.

Na luta contra o imperialismo, a intelectualidade brasileira — tanto política, quanto acadêmica — precisa enfrentar o sistema de reprodução teórico e desenvolver projetos de pesquisa que objetivem em respostas à dependência, buscando romper com a tensão superficial da mais-valia ideológica e superar a dependência acadêmica.

## Referências

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. 4ª ed. Editora Insular: Florianópolis, 2019.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil - Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2011.

BERNARDÍ, Liane Maria; BOROWSKI, Fabiola; MONTANO, Monique; SUSIN, Maria Otília. **Os think tanks liberais no país: A Universidade Aberta de Porto Alegre**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 21, p. 571-586, jul./dez. 2017.

BORTONE, Elaine de Almeida. **A participação do IPES na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar 1964-1968**. Dissertação de Mestrado. UFF: Niterói, 2013.

BORTONE, Elaine de Almeida. **O IPES e a ditadura empresarial-militar**. Os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica 1964-1967. Tese de Doutorado. UFRJ: Rio de Janeiro, 2018.

CAMPOS, Maria Malta. **Da Formação de Professores de Ciências à Reforma da Educação**. In.: Witoshynsky, Mary; BROOKE, Nigel. (Org.) Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social. EdUSP: São Paulo, 2002.

CÂNEDO, Leticia Bicalho. **Conhecimentos de Estado e elites internacionais: A Fundação Ford no Brasil e seus beneficiários**. 41ª ANPOCS: 2017.

DOS SANTOS, Theotonio. **Socialismo ou Fascismo**. O novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. Editora Insular: Florianópolis, 2018.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** Editor Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1986.

GASPAR, Danielle Morais. **Os documentários do IPES e a campanha ideológica: As práticas audiovisuais e a preparação do golpe de 1964**. Dissertação de Mestrado. PUC-SC: São Paulo, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **O Estado de Contrainsurgência**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. V.12, N.3. 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 6ª ed. Editora Insular: Florianópolis, 2017.

OLIVEIRA, Carlos Fellippe de. **IPES e IBAD: A crise política da década de 60 e o advento do Golpes Civil-Militar de 1964**. Revista Eletrônica História Em Reflexão, 2(3). UFGD: Dourados - MS, 2008.

OURIQUES, Nildo. **Ciência e pós-graduação na universidade brasileira**. In: Crítica à razão acadêmica. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/276>

PEIXOTO, Fernanda Arêas. **Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais brasileiras**. 1930-1960. In.: MICELI, Sergio. História das Ciências Sociais no Brasil. Editora Sumaré: São Paulo, 2001.

PETRAS, James. **Ensaio Contra a Ordem**. 1ª ed. Editora Scritta: São Paulo, 1995.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. A formação e os sentidos do Brasil. Global: São Paulo, 2014.

SILVA, Gustavo Santos. **Fascismo e Contrainsurgência: Esboço sobre contribuições da teoria marxista da dependência em relação ao caráter dos Estados de exceção na América Latina**. Revista Marx e o Marxismo v.7, n.13. NIEPMARX: Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Ludovico. **A Mais-Valia Ideológica**. Editora Insular: Florianópolis, 2017.

SILVA, Ludovico. **Teoría y Práctica de la Ideología**. Editorial Nuestro Tiempo: México, 1971.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **A Questão da Universidade**. (Coleção Educação Contemporânea). 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1994.